
A materialidade dos usos da teoria: esboço de uma cartografia das revistas científicas de Comunicação¹

Luís Mauro Sá MARTINO²
Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, SP

RESUMO

Este artigo delinea algumas condições de circulação da produção científica em Comunicação tomando como base os periódicos da Área. Foram estudadas as temáticas, distribuição geográfica e cronológica e normas de publicação de 52 revistas sediadas em Programas de Pós-Graduação em Comunicação ou associações de pesquisa. Destacam-se três características: (1) historicamente, as publicações respondem parcialmente pela formação de um capital científico da Comunicação como área de conhecimento; (2) a maior parte (82%) das publicações discute interfaces da comunicação com outras áreas ou práticas sociais, em ampla diversidade de assuntos e modalidades; (3) a publicação de doutores (ou em co-autoria com doutores) é majoritária: 17% das revistas abrem espaço para publicações individuais de outras titulações.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria da Comunicação. Revistas Acadêmicas. Circulação. Epistemologia.

Introdução

Todos os anos, cinquenta e duas revistas acadêmicas de Comunicação são publicadas no Brasil, vinculadas a programas de pós-graduação ou associações de pesquisa. Levando em conta uma periodicidade no mínimo semestral, há cento e quatro números anuais. Se cada um trazer de oito a dez textos, pode-se estimar algo em torno de mil artigos científicos publicados no país – e o número tende a ser maior, levando-se em conta as revistas quadrimestrais e a quantidade de textos por edição.

Esses números podem levantar, de saída, algumas questões.

Talvez a primeira seja quem conseguiria acompanhar esse montante de textos. Como ressaltam Vera França e José Luiz Aidar Prado (2013, p. 80), “pelo menos no Brasil, a quantidade de publicações que se disponibiliza anualmente ultrapassa em muito nossa capacidade de leitura e discussão. Preocupados em escrever, não damos conta de ler o que se publica”. Não sem algo de irônico ou paradoxal, a preocupação

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias da Comunicação, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professor do PPG em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero, email: lmsamartino@gmail.com. Este trabalho é parte de um projeto de pesquisa realizado com auxílio do CNPq – Processo 311528/2019-8.

com o desenvolvimento da própria produção em um regime “publish or perish” não deixa muito tempo para acompanhar o ritmo de publicação da Área. Um dos resultados é o baixo índice de impacto das publicações, indicam França e Prado (2013), expresso na falta de citações dos artigos publicados.

Um segundo aspecto diz respeito à vitalidade da Área: trata-se de uma produção considerável, sobretudo se for possível imaginar que, diante do sistema de avaliação, para cada texto publicado corresponda um número maior – seria impossível saber exatamente – de textos submetidos mas que não chegam a ser publicados. Essa produção, que não chega às páginas das revistas, é também indicativa da atividade desenvolvida por pesquisadoras e pesquisadores da Comunicação – e seria possível, ao mesmo tempo, questionar em que medida não se trata de uma decorrência do “produtivismo” (FRANÇA e PRADO, 2013) . Consolidada, a Área não apenas tem o que dizer, mas também se apresenta em plena atividade no estabelecimento de diálogos entre as diversas perspectivas internas à Comunicação e com outras áreas do conhecimento.

Finalmente, uma terceira questão, tema deste artigo, diz respeito às próprias publicações: o que as revistas acadêmicas de uma Área podem dizer sobre suas dinâmicas epistemológicas de produção e circulação do saber? Revistas acadêmicas não são apenas espaços de divulgação de pesquisas sobre a comunicação e seus campos de interface, mas permitem entrever aspectos de elaboração do conhecimento de uma Área, isto é, seus aportes teórico-metodológicos, temáticas e problematizações. Ao mesmo tempo, dizem algo sobre o aspecto institucional da Área, com o qual o epistemológico está diretamente ligado (MARTINO, 2014).

Este artigo delinea algumas das condições de circulação da produção científica em Comunicação tomando como base os periódicos da Área. O objetivo é observar as condições de publicação como variáveis da circulação teórica e, portanto, ligadas a uma epistemologia da Área. A partir do estudo das temáticas, distribuição geográfica/cronológica e as condições de publicação de 52 revistas científicas sediadas em Programas de Pós-Graduação em Comunicação ou associações de pesquisa, foi possível observar três elementos principais, que também definem as partes deste texto: (1) como as publicações estão articuladas com a construção de um capital científico específico e da consolidação da Comunicação como área de conhecimento? (2) o que as temáticas dizem sobre as preocupações epistemológicas da Área? (3) Quais as

condições e requisitos para a publicação de textos, e como isso aponta para diferenças de acesso aos espaços de publicação?

A história epistemológica de uma área, a gênese de suas problemáticas, pode ser delineada a partir de um trabalho arqueológico, no sentido de Foucault (2000), com a produção expressa nos artigos de uma revista acadêmica, lugar de encontro da materialidade da teoria de uma área. No campo científico, argumentam Raquel Castedo e Ana Gruszynski (2001, p. 283), as revistas são importantes “na cadeia de difusão e construção do conhecimento científico de cada campo, constituindo-se em espaço de discussão entre agentes altamente especializados em suas áreas do conhecimento”.

Não se trata, aqui, de recuperar uma história dos periódicos, tarefa realizada, por exemplo, por Stumpf (2006), Romancini (2004), Gonçalves, Ramos e Castro (2006) ou Acquolini (2015), mas pensá-las, a partir de Bourdieu (1976; 1995), em termos das condições de geração, acumulação e circulação de um capital simbólico responsável pela definição de um espaço relativamente autônomo de saber. Romancini (2004, p. 7) argumenta que “o ‘periodismo em Comunicação’, nos termos definidos até aqui, que corresponde ao corpus selecionado, não tem sido objeto de análise dos pesquisadores da área, salvo exceções bastante raras”, propondo como hipótese de explicação que “isso se deve à periférica atenção que se dá à reflexão sobre o próprio campo de estudos, sua natureza e especificidade, bem como relações que mantêm com outras áreas de conhecimento e com a sociedade”.

No que se segue, o texto se desenvolve a partir desses três questionamentos, delineando caminhos a partir da investigação empírica.

Revistas acadêmicas e campo científico

Segundo indica Nigel Gilbert (1995), as primeiras revistas acadêmicas surgiram a partir da troca de correspondência entre os membros das então recém-criadas sociedades científicas, ganhando, ao longo de três séculos, o formato atual. A publicação se torna um importante fator de prestígio perante os outros colegas, dando origem também às primeiras disputas. Regras, conflitos, prestígio: a gênese do campo acadêmico, entendido no sentido de Bourdieu (1976; 1995), passa pelas revistas científicas. Elas se tornaram fundamentais para a definição das fronteiras epistemológicas dos campos do conhecimento que se formavam, garantindo a

circulação de ideias e concepções a respeito da realidade. Com isso, pavimentavam uma base para discussões e trocas de ideias em uma área, bem como sua identidade.

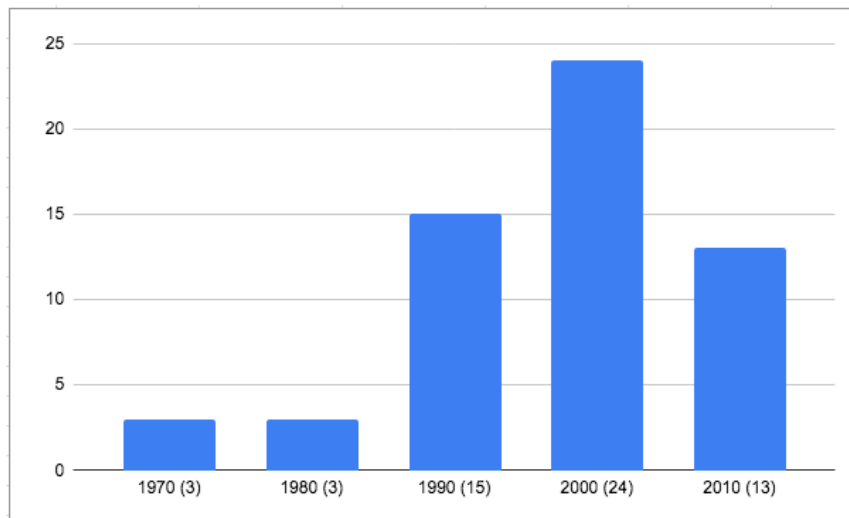
Seria difícil, por exemplo, pensar no desenvolvimento das Ciências Sociais sem *L'année sociologique*, fundada por Émile Durkheim em 1898, ou *Actes de la recherche en Sciences Sociales*, por Pierre Bourdieu em 1975, assim como *Annales d'histoire économique et sociale*, de Marc Bloch e Lucien Febvre define aspectos fundamentais da “Escola dos Anais”, na História, e *Les Temps Modernes*, de Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir, em 1945.

Na área de Comunicação, o *Journalism and Mass Communication Quarterly*, de 1924, e *Public Opinion Quarterly*, criada em 1937, estão entre as mais antigas e conceituadas publicações internacionais, às quais se poderia acrescentar o *Journal of Communication*, fundado em 1951. Observar os momentos iniciais auxiliam a compreender as transformações do que se entendia por “comunicação”. A título de ilustração, o primeiro número do *Journalism and Mass Communication Quarterly*, de Janeiro de 1924, trazia artigos sobre a formação do jornalista, debatendo a necessidade de formação universitária para o exercício da profissão – questão ainda em pauta. Já o primeiro número do *Journal of Communication*, de maio de 1951, trata de problemas relacionados à fala – algo, hoje, mais próximo da Fonoaudiologia que da Comunicação.

No caso das revistas brasileiras, seu desenvolvimento parece ter sido uma consequência relativamente tardia do estabelecimento dos cursos de comunicação e, posteriormente, de pós-graduação. Se os primeiros livros acadêmicos sobre comunicação são publicados ainda nos anos 1960, como *Informação. Linguagem. Comunicação*, de Décio Pignatari, de 1967, ou *Teoria Geral da Comunicação Coletiva*, de Vellozo, de 1969, as duas primeiras revistas aparecem apenas no final da década seguinte: a *Revista Intercom* acompanha a associação, em 1977, e *Comunicação & Sociedade*, em 1979, na Universidade Metodista – ambas em circulação.

Esse descompasso entre uma produção bibliográfica e a criação de periódicos pode ser relacionado com a preocupação inicial dos cursos de comunicação com o ensino. Apenas a partir dos anos 1970 são estabelecidos os primeiros programas de estudos pós-graduados em Comunicação, na ECA-USP, PUC-SP e ECO-UFRJ, gerando algumas das condições para a criação de espaços de divulgação da produção científica nascente. O número de revistas acompanha o aumento dos Programas, que experimentam um vertiginoso crescimento a partir de 2000 (gráfico 01).

Gráfico 01: Década de criação das publicações



Fonte: Elaborado pelo autor

A institucionalização da Área parece plenamente consolidada do ponto de vista da existência de uma comunidade acadêmica e um circuito de apresentação e troca de ideias. Para Maria I. V. Lopes (2006, p. 29), “é na década de 1990, com o surgimento de novos programas, que se torna visível o processo de caráter identitário na pós-graduação de Comunicação, no sentido dos programas dotarem-se de maior identidade científica”.

Essa expansão não está livre de desigualdades: se a produção acadêmica não pode ser desvinculada das relações sociais em sua origem, as diferenças na distribuição regional das publicações não deixa de caminhar paralelamente a outras desigualdades verificadas em aspectos semelhantes. Ana Gabriela Ferreira e Sonia E. Caregnato (2014) mostram, por exemplo, desigualdades de acesso como problemas de visibilidade das revistas e seus conteúdos. Em um estudo sobre as revistas portuguesas, Martins (2012) registra essa desigualdade em termos das barreiras do idioma. O exame da origem geográfica das revistas brasileiras indica algo similar (quadro 01):

Quadro 01: Distribuição dos periódicos por região

Região	Número
Sudeste	23
Sul	13
Nordeste	6
Centro-Oeste	3
Norte	2
Associações	4

Fonte: Elaborado pelo autor

Isso levou também a uma diversificação dos temas tratados, com algumas tentativas de especialização dentro de assuntos específicos na área de comunicação. Os títulos de muitas revistas sugerem a comunicação como “campo de interfaces”, na expressão de Braga (2004), reconhecível nas conexões entre áreas (“Comunicação e...” ou “Mídia e...”) ou na adjetivação da palavra “comunicação” para delimitar seu foco. Em alguns casos, a temática está no nome ou indicação de subtítulo, como em “Discursos Fotográficos”, “Estudos de Jornalismo e Mídia” ou “Questões transversais – revistas de epistemologias da comunicação”.

É possível observar, dessa maneira, a distribuição dos interesses da área em seis principais temáticas, com ampla variação no número de representantes (quadro 02):

Quadro 02: Distribuição dos periódicos por temas

Foco	Número de revistas
Comunicação	43
Jornalismo	3
Cinema, Fotografia e Audiovisual	3
Rádio e Mídia Sonora	1
Epistemologia	1
Folkcomunicação	1

Fonte: elaborado pelo autor

A predominância do tema “comunicação”, imediatamente justificável, talvez não possa ser entendido como indício de unidade, mas de vínculo com uma Área delimitada pelas instâncias de regulação e fomento à pesquisa. Observa-se a prevalência dos estudos de Jornalismo, com três publicações específicas, e audiovisual, também com três, à qual poderia se somar uma dedicada ao rádio e às mídias sonoras. Isso sugere uma perspectiva, indicada por autores como Luiz C. Martino (2001; 2007) ou Felinto (2007), de delimitar alguns aspectos da área a partir das práticas de mídia. Há, além delas, uma publicação dedicada à epistemologia e outra à folkcomunicação.

Na prática acadêmica, no cotidiano da “cozinha das ciências” (BOURDIEU, 1983), quem pesquisa encontra materialmente a “teoria” como um conjunto de livros, artigos, textos e leituras, sem mencionar aulas e eventos. Lá está a “teoria”, o repertório a ser lido, ouvido, discutido e incorporado para a pesquisa presente ou futura. As revistas, do mesmo modo, são um lugar por excelência de encontrar essa materialidade contemporânea da teoria. Em certa medida, aprender a ser pesquisador significa aprender a garimpar, nesse manancial, conceitos a serem articulados em um trabalho. Mas o que pode chegar, de fato, à uma publicação? Isso leva ao próximo item.

Os processos de produção da publicação acadêmica

A manutenção de um conjunto de cinquenta e duas publicações exige da Área um esforço constante, somado a um processo amplo de trabalho, para tornar possível a circulação dessas ideias. Publicar uma revista científica depende de uma decisão institucional de alocar tempo, recursos e pesquisadores para, em meio ao conjunto de atividades acadêmicas, dedicar espaço para a criação e manutenção de uma revista.

Como afirmam Thaiane Oliveira *et alli* (2020, p. 5):

O trabalho de edição de periódicos no Brasil – diferentemente de outros países – é uma atividade que se soma a todas as outras tarefas de pesquisa, ensino e extensão de um pesquisador. Inclui uma enorme abrangência de atividades e de conhecimentos especializados que vão desde a avaliação da qualidade científica e do conhecimento amplo sobre a área ao domínio ferramental das etapas de formatação e revisão, de técnicas de divulgação científica e de estratégias para indexação.

Editadas geralmente por universidades ou associações de pesquisa, se apresentam como um retrato da produção intelectual de um campo do saber naquele momento. Sua classificação como “periódico”, indica essa centralidade do tempo: os textos de uma revista acadêmica têm um compromisso em termos de sua atualidade – não, evidentemente, no sentido de tratar de temas “atuais”, mas mostrando as preocupações de um campo naquele momento. Bourdieu (1976, p. 91) recorda que:

Isso significa que em um campo científico fortemente autônomo, um determinado produtor só pode esperar o reconhecimento do valor de suas produções (“reputação”, “prestígio”, “autoridade”, “competência”, etc.) de outros produtores que, sendo também seus concorrentes, são os menos inclinados a concedê-la sem discussão ou exame.

Por isso, além de sua atualidade, revistas acadêmicas são também um lugar onde a história do pensamento de um campo fica registrada. No momento de sua publicação, um artigo tem um valor teórico, empírico e interpretativo, que ajuda a conhecer algum aspecto da realidade. Anos depois, a esses valores é somado mais um: o texto passa a ser também um documento da história intelectual do campo, registro do que se pensava em um determinado momento – e como se pensava determinado assunto.

Se a estimativa numérica pode ser tomada como ponto de partida, a publicação de cerca de mais de mil artigos científicos por ano mobiliza a elaboração de milhares de pareceres (tomando como índice dois avaliadores por artigo, sem levar em consideração os “empates”, quando uma terceira pessoa é acionada), centenas de pessoas em

Conselhos Editoriais – fora os próprios editores – além do fundamental apoio técnico para atuar com a publicação em plataformas eletrônicas.

Outro passo é definir um Conselho Editorial, formado por pesquisadoras e pesquisadores renomados responsável pela avaliação dos textos submetidos à revista. As chamadas de trabalhos, publicadas nas listas de emails de Universidades e Associações, procuram garantir um número de envios suficiente para produzir uma edição dentro dos critérios de qualidade e qualificação.

Os textos são enviados aos pareceristas, sejam os do Conselho Editorial ou designados *ad hoc*. Uma vez avaliados, são publicados ou devolvidos aos autores para correções – em último caso, rejeita-se a publicação. Em geral, cada texto passa por duas leituras, e, em caso de divergências sobre a aprovação, solicita-se uma terceira. Ao final do processo, os artigos com pareceres positivos são publicados, enquanto os demais são devolvidos às autoras e autores para correção, se for o caso, ou com os pareceres negativos. Essa descrição sumária permite observar, ainda que de longe, alguns aspectos do processo e, sobretudo, a quantidade de pessoas, tempo e energia envolvidos.

Mas vale demorar um pouco mais sobre o aspecto da revisão por pares.

A submissão do texto implica o início de um segundo processo: a avaliação entre os pares. De certa maneira, esse é um momento de vinculação a uma “comunidade acadêmica”: o momento de ser lido, comentado e criticado por especialistas. Bomfá e Castro (2004, p. 39) assinalam que “O ‘ir e vir’ de um artigo para os revisores de uma revista científica é uma das causas apontadas para a lentidão na divulgação das pesquisas nacionais e internacionais (em média dois anos para ser publicado)”.

Gonçalves, Ramos e Castro (2006, p. 165)

Para dar credibilidade ao processo de comunicação da ciência, a revista científica sustenta-se no princípio de validação do mérito e do método científico pela comunidade científica, ou seja, só o que é revisado e aprovado pelos pares deve ser publicado, num processo conhecido como revisão por pares.

Todas as revistas acadêmicas pesquisadas adotam como critério de publicação o sistema de avaliação por pares. Em geral o processo transcorre no completo anonimato, preservando as identidades de autor e avaliador. Esse sistema, internacionalmente utilizado, garante a qualidade e a validade científica: cada texto publicado foi julgado por um colega que atesta seu valor (BERKENKOTTER, 1995).

Trata-se, portanto, de uma tomada de decisão a partir de critérios acadêmicos, que podem ser entendidos como indícios do que se considera ou não pertinente à

publicação, é possível que o estudo dessas avaliações e críticas permita delinear alguns dos parâmetros – em outras palavras, as regras do *gatekeeper* acadêmico responsável por delinear o que é saber em comunicação (FINN, 1986; MORSE, 2002).

No momento de avaliação de textos é possível observar a manifestação de pressupostos teórico-epistemológicos como critérios na escolha dos artigos. Para Crigger (1998:457), avaliadores indicam os rumos do conhecimento da área, bem como estabelecer os parâmetros e direções desse conhecimento.

A publicação ou não de um artigo em uma revista de comunicação aparentemente está ligada, entre outros fatores, ao conceito de “comunicação” em jogo. E essa é a primeira ambiguidade: a noção de “comunicação”, seja como campo de estudos, seja como conceito, vem sendo objeto de uma vasta discussão, e embora seja possível encontrar pontos comuns entre as várias definições, seria complexo definir com segurança o que é ou não é “comunicação” (LIMA, 1983; DUARTE, 2003). O problema se estende, igualmente, quando se pensa no que pertence ou não à “comunicação” como área de estudos e/ou campo acadêmico (SANTAELLA, 2001; FELINTO, 2007).

O “Efeito Mateus”, o estilo e as condições de publicação

A publicação em revistas científicas é um dos pontos centrais da vida acadêmica. Trata-se de um dos poucos critérios apresentados como “objetivos” – embora essa objetividade seja questionável – de avaliação de uma pesquisadora ou um pesquisador. Seria possível argumentar que a capacidade didático-pedagógica em sala de aula também está sujeita à avaliação, com diferentes pesos e resultados institucionais de acordo com a situação. No entanto, seus critérios dependem de fatores humanos e pessoais que desaparecem diante dos índices de produção científica.

A nenhuma atividade docente é atribuída um sistema de pontuação como no caso das publicações, baseado em um índice de classificação dos periódicos – o “Qualis”. Publicar em revistas situadas nos estratos mais altos (A1 até A4) representa um ganho simbólico de capital científico dentro de um campo e uma pontuação objetiva concedida ao pesquisador. Esses pontos constituem não apenas os índices individuais de produção, mas concorrem também na avaliação dos Programas de Pós-Graduação.

A prática da publicação acadêmica parece se inserir dentro de uma lógica de circulação do capital científico dentro do campo que se desdobra em múltiplas direções: se para pesquisadoras e pesquisadores é importante publicar em revistas situadas nos estratos mais altos, os periódicos também são avaliados e classificados a partir de critérios específicos. Para França e Prado (2013, p. 80), o problema está não só no “grande número de periódicos publicados pela área”, mas também que “esses periódicos ainda não se consolidaram suficientemente e não se criou ainda um elenco nítido de revistas de referência”. O resultado são “leituras dispersas e a inexistência de repertórios comuns”.

No caso brasileiro, o índice Qualis é o padrão, mas há outras formas de avaliação da importância de uma publicação, como a medição de seu “fator de impacto”, isto é, a quantidade de citações recebidas pelos artigos publicados.

Publicar em uma revista de Qualis A ou com alto fator de impacto significa uma maior probabilidade de ser lido e citado pelos pares, com uma paralela multiplicação do capital simbólico. Isso gera um efeito peculiar: revistas de maior prestígio publicam artigos que serão mais citados, aumentando, por retroação, a importância do periódico. Algo semelhante tende a acontecer com os artigos: a publicação em uma revista com alto fator de impacto tende a fazer com que o texto seja mais citado, contribuindo para um aumento em espiral.

Em um artigo sobre a circulação do conhecimento científico, dentro de uma perspectiva da Sociologia da Ciência, Robert K. Merton (2013) denominou esse fenômeno de “Efeito Mateus”, ou princípio de vantagem cumulativa. O nome é em referência a um versículo do Evangelho de S. Mateus (25; 29): “pois a quem tem, mais será dado, e terá em grande quantidade. Mas a quem não tem, até o que tem lhe será tirado”. Merton (2013, p. 200) explica que a noção de vantagem cumulativa “dirige nossa atenção para as maneiras pelas quais as vantagens comparativas iniciais, relativas à capacidade adquirida, localização estrutural e recursos disponíveis contribuem para incrementos sucessivos de vantagem (...)”.

O “Efeito Mateus” define que as desigualdades iniciais (sejam materiais ou simbólicas) nas práticas científicas tendem a se aprofundar, alargando o hiato entre os que partem de uma posição vantajosa em relação aos outros. Para Merton (2013, pp. 199-200):

refere-se aos processos sociais por meio dos quais vários tipos de oportunidades de pesquisa científica, assim como as recompensas simbólicas e materiais subsequentes aos resultados daquela pesquisa tendem a acumular-se para os praticantes individuais da ciência, assim como também para as organizações implicadas no trabalho científico.

Dessa maneira, a tendência de uma revista de prestígio é multiplicar seu capital simbólico, bem como o dos artigos publicados, em detrimento de outras. Esse procedimento tem um outro desdobramento: diante da necessidade de publicar em revistas de alto impacto para pontuar mais, pesquisadoras e pesquisadores tendem a direcionar sua produção para as publicações situadas nos estratos mais altos, sobrecarregando os sistemas de avaliação e a capacidade de distribuição dessa demanda entre os pareceristas. Ao mesmo tempo, seria possível pensar uma tendência em deixar de lado publicações com índices menores – o que, por sua vez, tende a dificultar sua ascensão a níveis mais altos, exigindo maiores esforços no sentido de qualificação.

Uma das maneiras é designar uma titulação mínima para a publicação no sentido de indicar a perspectiva de um critério de qualidade para a publicação. Na medida em que um dos itens de qualificação das revistas é a titulação dos autores de artigos, o uso desse critério nas publicações não é uma surpresa. Ao mesmo tempo, cria-se uma considerável barreira para pesquisadoras e pesquisadores nos estágios iniciais – numericamente, a maioria em uma área – para encontrar espaços de publicação autoral.

Apenas uma publicação, das 52 analisadas, aceita artigos individuais de graduandos ou mestrands. A maior parte, dezoito publicações, aceita artigos de mestrands desde que em co-autoria com doutores, prática seguida por outras 4 em relação a mestres e 5 a respeito de doutorandos – que podem publicar individualmente em quatro periódicos, como pode ser observado no quadro 03:

Quadro 03: Titulação mínima para publicação

Titulação mínima	Número
Doutor	3
Doutorando	4
Doutorando (c/ doutor)	5
Mestre	4
Mestre (c/ doutor)	4
Mestrando	0
Mestrando (c/ doutor)	18
Graduando	1
Graduando (c/ doutor)	7
Não indica	7

Fonte: Elaborado pelo autor

Isso permite formular alguns questionamentos a respeito do que se espera da produção de uma Área. Há, ao que parece, uma perspectiva de associação entre titulação e qualidade acadêmica: a prevalência da possibilidade de publicação para doutores em relação aos graus iniciais toma a titulação como premissa e critério precedentes à verificação da qualidade efetiva de um texto.

Soma-se a isso a perspectiva de que o envio de um trabalho para uma revista está ligada à vinculação com pesquisador doutor – na maior parte das revistas, a oportunidade de publicação concentra-se na abertura de possibilidade de co-autoria, o que pode implicar na perspectiva dialógica de uma prática de pesquisa conjunta – mas também dificuldades eventuais na composição de parcerias, quando pensadas em sua dimensão interpessoal.

A qualificação a partir da indicação de titulação mínima remete a outro ponto que poderia ser considerado como um desdobramento do “Efeito S. Mateus”: as indicações sobre a publicação de graduandos, graduados, mestrados e mestres são acompanhadas também, não sem algo de paradoxal, pela perspectiva de elaboração de uma produção científica já nessas etapas. Embora existam revistas específicas para a produção discente, como Anagrama (ECA-USP) e Iniacom (Intercom), parece haver um hiato entre as demandas de produção e as possibilidades de publicação. A pesquisadora ou pesquisador iniciante, nesse cenário, tenderia a apresentar um crescimento mais lento em sua produção em termos objetivos. Como recorda Maria I. V. Lopes (2006, p. 28):

Por um lado, à medida que crescem os recursos científicos acumulados, que se expressam nos avanços da pesquisa, aumenta o grau de homogeneidade entre os concorrentes e isso faz aumentar a competição científica. Por outro lado, o crescimento da competição científica torna mais acirrada a luta pelos recursos econômicos do campo, que já são, por definição, escassos.

A incorporação das regras de campo, suas disputas e dinâmicas, é presumida naquele que se dispõe a elaborar um texto desse tipo. O domínio da especificidade do texto de relato científico é uma condição para qualquer pesquisador, e a prática de pesquisa tende a reforçar esse modelo de escrita, distinto dos outros. Dito de outra maneira, é possível observar como o cânone dos estudos da comunicação se converte em critérios de avaliação própria produção da área, auxiliando a definir o próximo texto será adicionado a esse *corpus* teórico e, portanto, vai compor esse cânone.

Considerações finais

A produção de mais de mil artigos por ano na área de Comunicação foi um dos pontos de partida para se pensar as questões levantadas neste texto. Trata-se de um indício, evidentemente, aberto a diversas interpretações, das quais foram pensadas, aqui, aquelas relacionadas à distribuição geográfica e cronológica, as condições de produção e a possibilidade de publicação, dentro de uma perspectiva epistemológica.

A ideia de uma história epistemológica de uma área remete às transformações nos saberes que a constitui, tanto em termos de continuidades quanto de rupturas, como lembra Bachelard (2006). A gênese e a transformação dos conhecimentos, para ser compreendida, parece requerer também o confronto com as condições institucionais de formação desse conhecimento, bem como de sua circulação. Por isso, as revistas acadêmicas se apresentam como um espaço por excelência para compreender essas transformações.

Além disso, o número de periódicos, quase na proporção de uma revista para cada PPG, sugere, de um lado, a vitalidade da produção da Área – mas permite também o questionamento a respeito das diferenças entre uma produção relacionada ao compartilhamento de ideias para discussão em uma comunidade acadêmica e a necessidade quantitativa de “produzir”. O alto índice de produção sugere uma atenção ao que, de fato, está sendo compartilhado e quais seriam as possibilidades de ampliar a circulação do saber na Área – algo importante para um maior diálogo nas pesquisas sobre Comunicação.

REFERÊNCIAS

ACQUOLINI, Nicole T. Um breve panorama da evolução tecnológica das revistas científicas. *ScientiaTec* v.2, n.3, p 62-70, jul/dez. 2015.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

BERKENKOTTER, C. The Power and the Perils of Peer Review. **Rhetoric Review**,

Vol. 13, No. 2, Primavera, 1995, pp. 245-248

BOMFÁ, Claudia R. Z.; CASTRO, João E. Desenvolvimento de revistas científicas em mídia digital. **Ciências da Informação**, Vol. 33, no. 2, maio-ago. 2004, pp. 39-48.

BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU Pierre. Le champ scientifique. **Actes de la recherche en sciences sociales**. Vol. 2, nº2-3, junho 1976, pp. 88-104.

BRAGA, José L. Os estudos de interface como espaço de construção do campo da comunicação. **Contracampo**, no. 10/11, 2004, pp. 219-236.

CASTEDO, Raquel; GRUSZYNSKI, Ana. A produção editorial de revistas científicas online. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, jan./jun. 2011, p. 271-287,

CRIGGER, N. What We Owe The Author: rethinking editorial peer review. **Nurs Ethics**. Vol. 5 no. 451, 1998.

DUARTE, Elizabeth. Por uma epistemologia da comunicação. In: LOPES, M. I. V. **Epistemologia da Comunicação**. São Paulo, Loyola, 2003.

FELINTO, Erik. Patologias no sistema da comunicação. In: FERREIRA, G. e MARTINO, L. C. **Teorias da Comunicação**. Salvador, Ed. UFBA, 2007.

FERREIRA, Ana G.; CAREGNATO, Sonia E. Visibilidade de revistas científicas. **TransInformação**, Vol. 26, no. 2, maio-ago. 2014, pp. 177-190.

FINN, C. Strengths (And Weaknesses) of Peer Review. **Educational Researcher**, Vol. 15, No. 7, Ago.- Set., 1986, pp. 14-16

FRANÇA, Vera R. V.; PRADO, José L. A. Comunicação como campo de cruzamentos, entre as estatísticas e o universal vazio. **Questões transversais**, Vol. 1, no. 2, Jul.-Dez. 2013, pp. 76-82.

GILBERT, Nigel. **Researching social life**. Londres: Sage, 1995.

GONÇALVES, Andréa; RAMOS, Lúcia M. S. V. C.; CASTRO, Regina C. F. Revistas Científicas. In: **Comunicação & Produção Científica**[S.l: s.n.], 2006.

LIMA, V. Repensando as teorias da comunicação. In: MELO, J. M. **Teoria e pesquisa em comunicação**. São Paulo: Intercom/Cortez, 1983.

LOPES, Maria I. V. O campo da comunicação: sua constituição, desafio e dilemas. **Famecos**, no. 30, Vol. 1, agosto 2006, pp. 16-30.

MARTINS, Moisés L. Revistas científicas de ciências da comunicação em Portugal. **Intercom**, Vol. 35, no. 1, jan-jun 2012, pp. 233-251.

MERTON, Robert K. **Ensaio de sociologia da ciência**. São Paulo: Ed. 34, 2013.

MORSE, J. Considering the ‘peer’ in peer review. **Qualitative Health Research**. Vol. 579, No. 12, 2002.

OLIVEIRA, Thaianne *et alli*. Editorial: E se os editores de revistas científicas parassem? **Contracampo**, Vol. 9, no. 2, pp. 2-14.

ROMANCINI, Richard. Periódicos brasileiros em Comunicação: histórico e análise preliminar. XXVII INTERCOM. Porto Alegre: **Anais...** UFRGS, Setembro de 2004.

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação e Pesquisa**. São Paulo, Hacker, 2001.

STUMPF, Ida R. C. Passado e futuro das revistas científicas. **Ciência da Informação**, Vol. 25, no. 3, 1996, pp. 1-6.